



Abril de 2026



Título: Relatório de Consulta Pública
Modificação do Projeto da Central Solar Fotovoltaica do
Pereiro e LMAT
AIA 3784

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Miguel Couchinho

Data: Abril de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. O PROJETO	3
3. LOCALIZAÇÃO	3
4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA.....	4
5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....	4
6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....	5
7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	5
8. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	6

1. INTRODUÇÃO

Este procedimento de AIA encontra-se enquadrado no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação (alterações pelo diploma Simplex Ambiental – Decreto-Lei n.º 11/2023 de 10 de fevereiro); (Anexo II, 03a) Instalações industriais destinadas à produção de energia eléctrica, de vapor e de água quente (não incluídos no anexo I).

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, procedeu-se à consulta pública do estudo de impacte ambiental do projeto “Modificação do Projeto da Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e LMAT – AIA 3784”.

O proponente do projeto é a empresa Suggestion Power, Lda., a entidade licenciadora é a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), e a autoridade de avaliação de impacte ambiental é a Agência Portuguesa do Ambiente.

2. O PROJETO

O projeto em avaliação é o Projeto modificado da Central Solar Fotovoltaica de Pereiro (CSF de Pereiro) que se destina ao aproveitamento da energia do sol para produção de energia eléctrica. Este projeto abrange também o Projeto modificado da Linha Elétrica de Muito Alta Tensão (LMAT), de 150kV, para a ligação com a Rede Elétrica de Serviço Público (RESP).

Fonte: Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental

3. LOCALIZAÇÃO

O Projeto localiza-se no concelho de:

- Alcoutim (União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro; Freguesia de Giões)

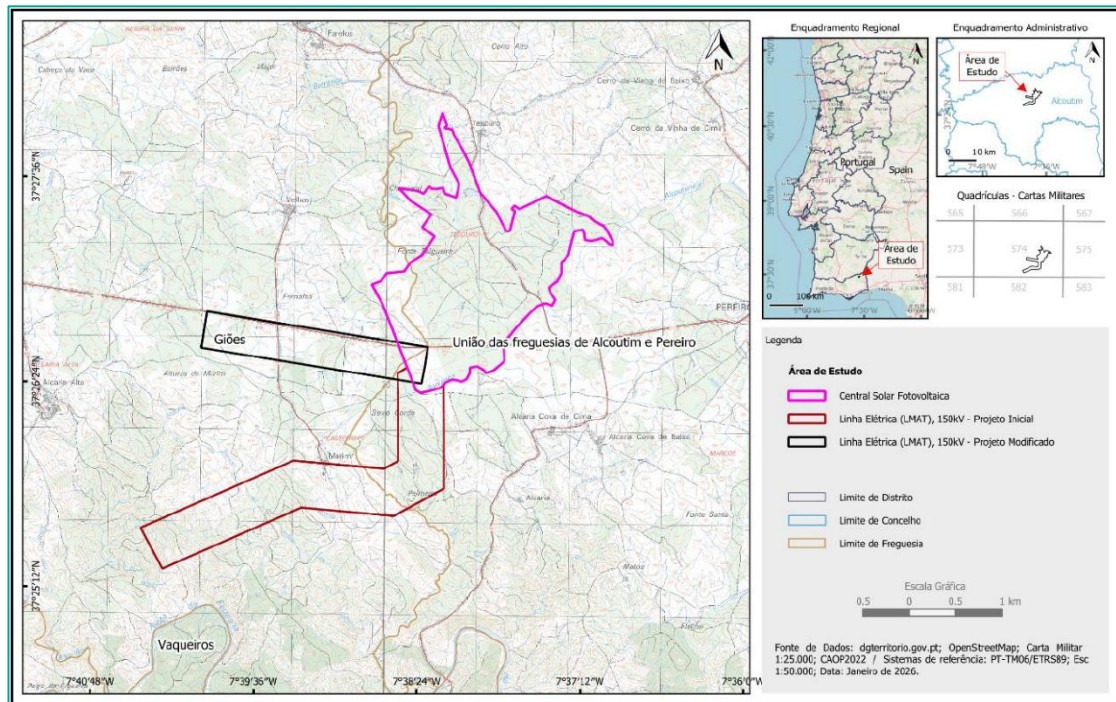


Figura 1 – Localização do projeto

Fonte: Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública decorreu durante 10 dias úteis, de 17 a 30 de março de 2026.

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes portais: Agência Portuguesa do Ambiente (apambiente.pt); Participa.pt.

Foram remetidos anúncios de consulta pública para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia da área de implantação do projeto, nomeadamente:

Distrito de Faro

- Alcoutim
 - União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro
 - Freguesia de Giões

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios nas seguintes entidades:
 - Agência Portuguesa do Ambiente;
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;
 - Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia da área de implantação do projeto
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
- Envio de comunicação às ONGA inscritas no RNOE;

7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas **51** exposições com a seguinte proveniência:

Cidadãos:

- 42 exposições particulares

Entidades:

- Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve
- Associação Montícola
- AWARE ALGARVE
- Biond - Associação das Bioindústrias de Base Florestal
- CHIRO - Associação Morcegos.PT
- FNAPF – Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais
- Plataforma pela Sustentabilidade e Biodiversidade do Algarve e Alentejo
- SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
- Vulture Conservation Foundation

8. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

A consulta pública do projeto “Modificação do Projeto da Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e LMAT” revelou uma oposição muito expressiva dos cidadãos ao projeto. As críticas centram-se sobretudo na saturação do território por infraestruturas energéticas, na perda e fragmentação de habitats, na afetação de espécies sensíveis (como o lince-ibérico, águias de grande porte e morcegos), bem como nos impactos cumulativos que consideram insuficientemente avaliados. Muitos cidadãos referem ainda prejuízos diretos para a paisagem, qualidade de vida, valorização económica das propriedades e identidade local, destacando que o concelho tem sido repetidamente alvo de projetos de grande escala sem retorno significativo para as comunidades. Defendem que a transição energética deve privilegiar áreas já artificializadas e não zonas naturais.

As entidades participantes manifestam, maioritariamente, pareceres críticos ou desfavoráveis, destacando incoerências no EIA, elevada sensibilidade ecológica da área, perda de floresta e ausência de avaliação robusta de impactos cumulativos, especialmente em avifauna, morcegos e mamofauna protegida. Muitas organizações apontam riscos graves para habitats prioritários, espécies ameaçadas e conectividade ecológica, considerando insuficientes as medidas de mitigação e compensação propostas. Uma entidade reconhece as melhorias introduzidas na reformulação do projeto e valoriza as medidas compensatórias associadas.

41 cidadãos apresentam a sua discordância. As participações revelam, de forma transversal, uma forte oposição ao projeto. A maioria destaca que o território em causa já se encontra saturado por infraestruturas de energias renováveis, defendendo que a instalação de mais um parque solar agravará a pressão ambiental e social na região. Muitos participantes referem que a paisagem rural e natural está a ser progressivamente destruída, comprometendo o equilíbrio ecológico, a identidade do território e a qualidade de vida das populações locais.

Um grande número de cidadãos manifesta preocupações significativas sobre os impactos ambientais irreversíveis, sobretudo a destruição de habitats, a fragmentação ecológica e a perturbação de fauna protegida e ameaçada, incluindo espécies emblemáticas como o lince-ibérico, a águia-imperial, a águia-real e a águia-de-bonelli. Vários participantes salientam ainda que a avaliação dos impactos cumulativos é insuficiente, ignorando a concentração já elevada de parques solares e eólicos na região. Muitos apontam igualmente que o abate de árvores autóctones e a artificialização do território contrariam objetivos de conservação e políticas de sustentabilidade.

As populações locais enfatizam também o prejuízo direto na sua qualidade de vida: aumento de ruído, poeiras, tráfego, pressão sobre recursos, bem como desvalorização económica das suas terras e habitações. A proximidade às aldeias e habitações é referida como inadequada e lesiva, sobretudo nas localidades de Velhas, Tesouro, Marim, Clarines e Farelos. Há ainda referências expressivas à sensação de

injustiça territorial, defendendo que zonas rurais são sacrificadas para benefício externo, sem que haja retorno económico ou social efetivo para as comunidades afetadas.

Outro conjunto de participações critica a ausência de análise de alternativas menos impactantes, defendendo que a transição energética deve basear-se em soluções mais equilibradas, como instalação de painéis solares em áreas já artificializadas (telhados, parques de estacionamento, autoestradas, infraestruturas existentes) e não em zonas naturais. Muitos cidadãos sublinham que a transição energética não pode servir de pretexto para destruição ambiental e que decisões deste tipo representam uma “falsa ecologia”, prejudicial ao interior e às gerações futuras.

Por fim, diversas participações assumem um tom pessoal e emocional, expressando preocupação pela perda de património familiar, cultural e paisagístico, bem como indignação perante aquilo que consideram um atentado ambiental repetido no concelho de Alcoutim. A mensagem dominante é clara: o projeto não garante sustentabilidade ecológica, social ou económica, e defende firmemente o seu indeferimento.

Inclui participação com 38 signatários (residentes em Velhas, Clarines, Tesouro, Marim e Farelos).

1 cidadão apresenta a sua concordância referindo que a continuação das centrais solares é importante para reduzir a dependência de Portugal dos combustíveis fósseis. No entanto, é fundamental minimizar o impacto ambiental. As linhas de alta tensão e as próprias centrais podem funcionar como corta-fogos e zonas de biodiversidade, com gestão da vegetação através de ovelhas, criação de charcas, presença de coelhos bravos e instalação de colmeias.

Acrescenta que do lado tecnológico, o uso de painéis bifaciais, sistemas de seguimento solar, hibridação com eólicas e instalação de baterias aumenta a eficiência e otimiza o ponto de ligação à rede. Estas medidas ajudam a produzir mais energia limpa e a reduzir os cerca de 6 mil milhões de euros anuais gastos em combustíveis fósseis, fortalecendo a autonomia energética do país.

Breve síntese das exposições de Entidades

A **Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve** manifesta-se desfavorável ao projeto, por considerar que a sua execução compromete os objetivos de conservação da biodiversidade e a integridade biofísica da área de implantação.

A Almargem critica o prazo reduzido da consulta pública, considerado insuficiente para analisar a extensa documentação técnica. A associação salienta que este prazo prejudica a participação pública e viola os princípios de transparência previstos na legislação ambiental e na Convenção de Aarhus. Acrescenta ainda que o EIA

subestima os impactos do projeto, sobretudo num território que já alberga múltiplos projetos energéticos.

A associação aponta incoerências no EIA quanto à classificação da área como sensível. Embora o estudo reconheça que metade da área abrange território Ramsar, o proponente afirma que o projeto não incide em área sensível — contradição que a Almargem considera tecnicamente insustentável. A proximidade a áreas da Rede Natura 2000, ao Parque Natural do Vale do Guadiana e a zonas IBA reforça a elevada sensibilidade ecológica do local. A associação destaca ainda incompatibilidades com o ordenamento do território e com a legislação da Reserva Agrícola Nacional, alertando que o projeto afeta solos com potencial agrícola.

A Almargem aponta também a falta de avaliação dos impactos cumulativos. A associação enumera vários projetos fotovoltaicos e linhas elétricas num raio de 5 km, alertando que a área da nova central coincide com biótopos de refúgio considerados essenciais para compensar os impactos de outros projetos já aprovados. A Almargem critica que estes efeitos não foram devidamente contabilizados, comprometendo tanto a coerência ecológica como a capacidade de carga dos ecossistemas.

Relativamente aos impactos ambientais, a Almargem considera que o projeto reforça o efeito de barreira num território já pressionado por infraestruturas energéticas. Destaca também a presença de espécies sensíveis, como o lince-ibérico, e identifica falhas na definição das medidas de mitigação para linhas de água e charcos. A associação sublinha ainda que os impactos socioeconómicos foram insuficientemente analisados, defendendo que projetos desta natureza podem limitar alternativas de desenvolvimento sustentável para os territórios rurais.

A Almargem defende que as grandes centrais fotovoltaicas devem ser instaladas prioritariamente em áreas já artificializadas, como zonas industriais, parques de estacionamento ou áreas urbanas, reduzindo a ocupação de solo natural e as perdas energéticas no transporte. Considera que as alterações recentes do projeto não eliminam os impactos cumulativos nem evitam a fragmentação de habitats.

A **Associação Montícola** manifesta a sua discordância face ao projeto pelas seguintes razões:

- Inclui uma área de elevada Sensibilidade Ecológica. Apesar de não ser uma área classificada, assume um importante papel de corredor ecológico e abrigo de diversas espécies com estatutos conservação relevantes (CR, EN, VU).
- O projeto reformulado continua a implicar destruição em larga escala de habitats essenciais para espécies de fauna protegidas e ameaçadas, e fragmentação ecológica significativa.
- Revela-se incompatível com princípios fundamentais de ordenamento do território e de planeamento estratégico da transição energética, que preconizam a localização de infraestruturas energéticas em áreas já artificializadas ou de menor sensibilidade ambiental.

A **AWARE ALGARVE** manifesta a sua discordância e afirma que a instalação do parque solar num local ecologicamente sensível é inadequada porque implica desmatamento e ameaça habitats essenciais, incluindo o do lince-ibérico, morcegos e aves protegidas. Mesmo reduzido, o projeto representa uma intrusão num ecossistema frágil. Além disso, abater árvores para gerar energia limpa contradiz objetivos ambientais, já que a desflorestação contribui para o aquecimento global. A alternativa defendida é instalar painéis solares apenas em áreas já construídas ou alteradas, evitando danos à biodiversidade e garantindo uma transição energética responsável.

A **Biond - Associação das Bioindústrias de Base Florestal** manifesta preocupação com a modificação do projeto, alertando para o impacto ambiental significativo decorrente da redução de mais de 100 hectares de pinheiro-manso, o abate de quercíneas e a criação de faixas de servidão. A associação considera que o ritmo atual de desflorestação para instalação de infraestruturas de energia renovável não é compatível com os compromissos nacionais e internacionais de proteção e expansão da floresta, como a “Declaração dos Líderes sobre Florestas e Uso do Solo”, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e o Regulamento Europeu de Desflorestação (EUDR).

A Biond sublinha que os documentos apresentados não quantificam adequadamente o impacto no carbono: falta avaliação explícita do stock de carbono existente, da capacidade de sequestro futuro perdida e da comparação entre a perda imediata e o eventual ganho ao longo do tempo com a nova plantação. A associação destaca que, além do carbono já acumulado, o pinheiro-manso continuaria a sequestrar carbono durante décadas, efeito que se perde com a alteração do uso do solo.

Relativamente às medidas de compensação propostas — baseadas na plantação de azinheira e medronheiro — a Biond aponta várias limitações, incluindo o crescimento muito mais lento destas espécies, o risco acrescido de insucesso e o longo período necessário para que atinjam um stock de carbono equivalente ao removido. Assim, considera que estas medidas não neutralizam a perda imediata de carbono nem compensam o défice acumulado ao longo da exploração da central solar.

A associação defende que as medidas compensatórias devem incluir um plano de compensação da desflorestação com reflorestação equivalente ou superior em área e carbono, usando espécies idênticas e adequadas. Recomenda ainda a implementação de medidas robustas de gestão de combustíveis e prevenção de incêndios, monitorização ecológica contínua (flora, fauna, água, clima e invasoras) e divulgação pública dos resultados. Por fim, considera essencial uma avaliação transparente dos impactes cumulativos, incluindo indicadores de biodiversidade, carbono e conectividade ecológica.

A **CHIRO - Associação Morcegos.PT** reconhece a redução da área ocupada pela central e alguns avanços na salvaguarda de habitats, mas destaca que a análise apresentada no EIA continua insuficiente face aos principais riscos ambientais,

sobretudo no que diz respeito ao grupo dos morcegos, considerados prioritários para a conservação.

A importância dos morcegos é amplamente sublinhada, dado o seu papel ecológico como controladores naturais de insetos e o seu estatuto legal altamente protegido. A associação critica a fragilidade da situação de referência apresentada no EIA, considerando o esforço de amostragem insuficiente em termos temporais, espaciais e metodológicos. Aponta ainda a omissão de vários abrigos conhecidos na região, incluindo o abrigo Alcouthim I, que alberga espécies criticamente ameaçadas como o morcego-rato-pequeno (*Myotis blythii*).

A avaliação dos impactos ambientais é considerada incompleta, dado que não inclui a mortalidade potencial causada pelos painéis e pelas estruturas associadas, nem a perda efetiva de habitat. Além disso, a associação identifica a ausência de análise de impactos cumulativos, apesar do grande número de projetos de energia renovável previstos para a região, que podem agravar significativamente a pressão sobre as populações de morcegos.

No que diz respeito às medidas de mitigação e compensação, a CHIRO considera grave a inexistência de ações dirigidas especificamente aos morcegos. Sublinha que as áreas escolhidas para compensação florestal não beneficiam as populações locais, nomeadamente as que dependem do abrigo Alcouthim I, dada a distância considerável. A associação defende que deveriam ser criados habitats de alimentação e corredores ecológicos na proximidade do abrigo e da área do projeto.

A CHIRO critica, igualmente, a ausência de um plano de monitorização dedicado aos morcegos durante a exploração da CSF. Recomenda a implementação de um programa robusto que inclua monitorização da mortalidade, da atividade e diversidade de espécies, bem como o acompanhamento detalhado do abrigo Alcouthim I durante vários anos. Sugere ainda o uso de telemetria para avaliar com precisão os impactos cumulativos dos diversos projetos renováveis sobre esta população criticamente ameaçada.

A FNAPF – Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais apresenta a sua concordância reconhecendo que a revisão do projeto introduziu melhorias significativas, ajustando a sua dimensão e a área de intervenção para o tornar mais ecológico e adequado à realidade local. Estes ajustamentos contribuem para um maior equilíbrio do ecossistema e para uma melhor integração funcional do projeto no território.

A federação destaca ainda a relevância da proposta de compensação associada ao projeto, sublinhando a sua importância numa região marcada por forte desertificação. Aponta também que houve um cuidado evidente em evitar o abate de sobreiros, demonstrando um compromisso claro com a sustentabilidade ambiental.

Tendo em conta estas considerações, a FNAPF manifesta parecer favorável à aprovação do projeto. Considera que a iniciativa contribui para as metas de energias renováveis assumidas e oferece novas oportunidades de rendimento às populações locais, especialmente em terrenos atualmente sem utilização.

A **Plataforma pela Sustentabilidade e Biodiversidade do Algarve e Alentejo (PPSBAA)** emite parecer desfavorável relativamente à modificação do projeto, por considerar que as alterações propostas não resolvem os impactos ambientais críticos já identificados em avaliações anteriores. Apesar de sucessivas reformulações, o projeto mantém incompatibilidades estruturais com os valores naturais da área, bem como com os objetivos do regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental.

A PPSBAA afirma que o projeto encontra-se inserido numa zona de elevada sensibilidade ecológica, próxima de várias áreas classificadas e incluindo parte do Sítio Ramsar do Vascão. A reformulação reduz ligeiramente a área ocupada, mas mantém impactos severos sobre habitats prioritários e espécies protegidas. A PPSBAA destaca que a área cumpre critérios para futura classificação como ZPE e ZEC, reforçando a inadequação da localização escolhida.

A Plataforma acrescenta que os impactos sobre a avifauna permanecem muito significativos, afetando especialmente espécies ameaçadas como a águia-imperial-ibérica, águia-real, águia-de-bonelli, cortiçol-de-barriga-preta, alcaravão, abutre-preto e grifo. A perda de territórios de caça, a fragmentação de habitats e a elevada probabilidade de colisão e eletrocussão nas linhas elétricas tornam o projeto incompatível com a conservação destas espécies. Na mamofauna, verifica-se igualmente uma ameaça relevante ao lince-ibérico, gato-bravo, coelho-bravo, lebre-ibérica e vários morcegos, resultante da perda de conectividade ecológica e destruição de habitats essenciais.

A PPSBAA refere que ao nível socioeconómico, vários aglomerados populacionais seriam diretamente afetados pela proximidade da infraestrutura industrial, com consequências para a qualidade de vida, saúde, bem-estar, paisagem e atratividade territorial. O Plataforma sublinha o risco de abandono de atividades rurais e de perda de oportunidades de desenvolvimento sustentável no interior.

A Plataforma afirma que os impactos cumulativos são identificados como particularmente graves, dado que o concelho de Alcoutim já se encontra fortemente pressionado por múltiplas centrais fotovoltaicas e projetos eólicos. A região poderá atingir níveis de ocupação superiores a mil hectares de infraestruturas solares, colocando em causa a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Por fim, as medidas de mitigação e compensação propostas são consideradas insuficientes, inadequadas e sem eficácia comprovada. A PPSBAA conclui que o projeto contraria princípios de ordenamento do território e de transição energética sustentável, defendendo a não aprovação da modificação apresentada.

A **SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves** considera que apesar das alterações introduzidas pelo promotor, estas continuam a não salvaguardar adequadamente os valores ambientais da área afetada, que possui elevada sensibilidade ecológica.

A SPEA destaca que a construção da central fotovoltaica e das infraestruturas associadas implica remoção de coberto vegetal, desflorestação e alteração dos habitats, resultando em perda de biodiversidade, diminuição da resiliência climática

e degradação do solo. Sublinha ainda que, embora a área Ramsar tenha sido parcialmente excluída, esta continua a desempenhar funções ecológicas essenciais. A organização reforça que instalar novas centrais em áreas naturais, em vez de áreas degradadas, é incompatível com os esforços de mitigação das crises climática e de biodiversidade.

Relativamente à fauna, a SPEA destaca a presença de espécies de elevado valor de conservação, como a águia-de-Bonelli, a águia-imperial e a águia-real. Entre os riscos identificados estão perda de habitat, efeito barreira, maior perturbação e possibilidade de colisão com estruturas. A SPEA critica também a ausência de um plano de monitorização específico para quirópteros, apesar de o próprio estudo reconhecer potenciais impactos significativos.

A SPEA refere que o elevado número de projetos renováveis existentes e previstos na região, leva a uma crescente artificialização da paisagem e a impactos cumulativos que o EIA minimiza de forma desadequada. A SPEA realça que a região funciona como corredor de dispersão de aves planadoras, pelo que a multiplicação de linhas elétricas aumenta significativamente o risco de colisão, sobretudo para espécies necrófagas e de rapina ameaçadas.

A SPEA conclui que as medidas, planos de monitorização e compensação apresentados são insuficientes para mitigar os efeitos negativos num território com tão elevado valor ecológico, onde se incluem espécies como o lince-ibérico e importantes corredores ecológicos entre a Serra do Caldeirão e o vale do Guadiana. Defende um planeamento estratégico nacional que priorize a instalação de energias renováveis em áreas artificiais ou degradadas, evitando a destruição de habitats naturais e o abate de árvores que não podem ser compensadas dentro da vida útil do projeto.

A **Vulture Conservation Foundation (VCF)**, representante do projeto LIFE Aegyptius Return, apresenta um parecer crítico, destacando que a área em análise, apesar de não se situar dentro de áreas protegidas, está diretamente adjacente a zonas de elevada sensibilidade ecológica e integra corredores essenciais para várias espécies ameaçadas, em particular o abutre-preto. A região apresenta ainda habitats considerados adequados para a expansão da espécie, pelo que a instalação de novas infraestruturas energéticas poderá comprometer o potencial colonizador futuro.

A VCF refere que com base em dados de monitorização recolhidos entre 2018 e 2026, incluindo movimentos de 81 abutres-pretos equipados com emissores GPS/GSM, demonstra-se que a área do projeto é utilizada por indivíduos provenientes de todas as colónias reprodutoras nacionais, bem como por aves em dispersão vindas de Espanha. A análise evidencia que até 38% dos indivíduos marcados atravessaram a área num raio de 40 km, sublinhando a importância da região enquanto zona de passagem e alimentação. O mesmo padrão é observado noutras espécies necrófagas obrigatórias, como o britango e o grifo, ambas com utilização regular da área, sobretudo durante períodos de migração e dispersão juvenil.

A VCF destaca ainda que o estudo de impacto apresentado pelo promotor não considera adequadamente espécies protegidas e sensíveis registadas no local,

incluindo grandes aves de rapina como a águia-imperial, águia-real, águia-de-bonelli e águia-cobreira, bem como mamíferos ameaçados como o lince-ibérico e o gato-bravo. A VCF reforça que trabalhos de construção próximos de áreas de nidificação podem inviabilizar o sucesso reprodutor destas espécies, defendendo a implementação de calendários e metodologias de monitorização mais rigorosos e adequados à ecologia das aves planadoras.

Relativamente à LMAT proposta, a VCF recomenda o enterramento total da rede interna sempre que possível, e, quando tal não se verifique, a adoção das melhores tecnologias disponíveis para reduzir o risco de colisão e eletrocussão, nomeadamente dispositivos rotativos do tipo *fireflies*. Salaria também a necessidade de gestão adequada do pastoreio sob a linha, evitando a deposição de biomassa animal que possa atrair necrófagos para zonas de risco acrescido.

Relativamente aos impactes cumulativos, a VCF sublinha que a região já enfrenta uma elevada densidade de projetos energéticos, o que, somado, produz alterações profundas na paisagem e funcionalidade ecológica. Critica ainda o facto de os estudos do promotor considerarem apenas projetos num raio de 10 km, quando espécies como o abutre-preto utilizam áreas vitais que ultrapassam os 40 km. Assim, afirma que não é possível concluir que os impactes cumulativos sejam pouco significativos.

Em conclusão, a VCF considera que a redução da capacidade produtiva apresentada pelo promotor não constitui uma cedência voluntária, mas um cumprimento obrigatório das condicionantes legais e ecológicas. Por tudo isto, o parecer final é negativo relativamente à localização atual do projeto, recomendando revisões profundas ao layout, à metodologia de avaliação e às medidas de minimização de impactes, de modo a garantir a compatibilidade do empreendimento com a conservação da natureza.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA
Modificação do Projeto da Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e LMAT
AIA 3784

Miguel Couchinho